

Sumário

Introdução.....	1
1. O Regime Jurídico Brasileiro de Proteção Ambiental	7
1.1 Mecanismos de implementação de políticas públicas.....	7
1.1.1 Instrumentos de comando e controle	16
1.1.2 Instrumentos econômicos	23
1.1.3 Vantagens e desvantagens.....	40
1.1.4 Necessidade de combinação de instrumentos	50
1.2 Responsabilidade civil	55
1.2.1 Linhas gerais.....	56
1.2.2 Responsabilidade no gerenciamento de áreas contaminadas	69
2. Áreas Contaminadas no Ordenamento Jurídico Federal e do Estado de São Paulo	91
2.1 Regulação em nível federal	92
2.2 A lei paulista de áreas contaminadas	106
2.2.1 Ação Direta de Inconstitucionalidade	147
2.3 Empecilhos jurídicos ao manejo de áreas contaminadas.....	161
2.3.1 Responsabilidade civil irrestrita.....	161
2.3.2 Carência de incentivos financeiros	176
2.3.3 Insegurança jurídica	181
2.3.3.1 Estudo de casos.....	186
2.3.3.1.1 Ação Civil Pública n. 1032789-75.2013.8.26.0100	187
2.3.3.1.2 Ação Civil Pública n. 1044699-12.2014.8.26.0053	203
2.3.3.1.3 Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas n. 2116110-58.2017.8.26.0000	211
2.3.4 Consequências negativas	221

3. O Regime Jurídico Norte-Americano e o Tratamento das Áreas Contaminadas.....	233
3.1 Responsabilidade civil por áreas contaminadas – linhas gerais.....	233
3.1.1 Limitação de responsabilidade civil e incentivos financeiros em âmbito federal	245
3.2 Estado da Georgia - o Programa Brownfield	262
3.2.1 Limitação de responsabilidade	271
3.2.2 Instrumento econômico	275
3.3 Lições baseadas na evolução do tratamento da questão nos EUA	280
4. Endereçamento.....	291
4.1 Adequação do regime de imputação de responsabilidade civil.....	292
4.2 Obrigação propter rem do adquirente - flexibilização.....	305
4.3 Um caminho intermediário – limitação oficial de responsabilidade... ..	315
4.4 Instrumentos econômicos de incentivo	318
Referências	351
Anexo A – Pesquisa Jurisprudencial TJSP.....	399